

Em busca de Gabrielle: Séculos XIX e XX

Borges, Vavy Pacheco. *Em busca de Gabrielle: séculos XIX e XX*. São Paulo: Alameda, 2009. 240p.

Carlos Alberto Dias Ferreira¹

¹ Mestrando em História Social da Universidade Severino Sombra e pós-graduando em Dependência Química e outros transtornos compulsivos na Universidade Severino Sombra.

A produção de biografias é uma tarefa complexa, que, assumindo distintas funções e finalidades, pode resgatar ou modificar a memória. Algumas são escritas denotando os detalhes picantes da vida íntima de celebridades, objetivando uma maior demanda de livros; outras escrevem narrativas de encomenda para eternizar os que querem “entrar na história”, outras objetivam reabilitar ou resgatar a memória de companheiros de ideologia política, amigos e parentes, próximos ou não, que enfrentaram uma consistente oposição e ataques veementes em vida, forjando a construção de rótulos e imagens muitas vezes pejorativas.

A biografia de Gabrielle, escrita por Vavy Pacheco Borges, possibilita distintas reflexões, sobre o propósito da obra, a natureza do discurso, a trajetória de vida da personagem e, conforme o título *Em busca de Gabrielle*, também sobre as relações de sociabilidade e de gênero, possíveis de serem captadas no relato.

Gabrielle Louise Leuzinger Masset, posteriormente Brune-Sieler através de seus dois casamentos, adentra a vida da historiadora, destacada no campo da História política e não da biografia histórica, através do vínculo dela com o seu marido. Considerada como uma daquelas “tias estranhas” existentes em muitas famílias, dela se escutaram muitos comentários, nesse caso: “podre de rica”, casada com o dono da Cervejaria Brahma, e que, em testamento, destinava sua fortuna para a fundação de uma associação voltada para a proteção contra a submissão das mulheres perante seus maridos. Viúva duas vezes e tendo sofrido tentativa de assassinato pelo seu segundo marido, que, logo após, se suicidara, “perseguida” pela família e pelos órgãos governamentais do país [Alemanha] de seu primeiro marido, por causa da herança deixada por ele, busca por todos os caminhos possíveis reaver os bens que considera seus por direito, chamando atenção das autoridades para a sua causa. Numa dessas tentativas [de chamar a atenção], é acusada na França de tentativa de assassinato contra o Presidente do Conselho [semelhante ao cargo atual de Primeiro Ministro] francês, etc.

A autora, inicialmente, compõe um breve mapeamento em torno da escrita biográfica. Relata a visão, dos tempos primórdios, de autores em relação à biografia em oposição à chamada distinta História, adjetivando-a de diversas maneiras, em distintos períodos num trajeto entre “ciência” e “arte”. Uma vida é recheada de meandros que obrigam o historiador, como observador e interprete, a solucionar ou contornar os inúmeros problemas com os quais ele se defronta na constituição da trajetória do seu personagem.

Os interesses da sociedade e da academia pela biografia, atualmente, estão diretamente ligados aos movimentos da sociedade e ao conhecimento histórico absorvido através da influência interdisciplinar, e, também, ao resgate do

individualismo, onde, cada vez mais, o indivíduo tem seu espaço na sociedade e, cada vez mais, o homem se detém nele mesmo.

A autora, como uma grande historiadora, não tem a pretensão de esgotar o absoluto do “eu” e não concebe a biografia como uma evolução linear do início ao fim de uma vida, com um encadeamento de causas e efeitos. Traça como objetivo mais modesto, mas ainda bastante complicado, o exame de alguns momentos importantes do percurso de uma vida, em especial suas encruzilhadas, os porquês e os como das decisões tomadas, no cruzamento dos tempos passado, presente e futuro na mente dos indivíduos.

Fica muito claro para mim, após algumas leituras, que não há métodos canônicos para se escrever a história de uma vida, chame-se isso de biografia, estudo de caso, micro-história ou trajetória, itinerário, percurso. Os problemas enfrentados pela autora em nada são diferentes dos que se enfrentam em qualquer trabalho de pesquisa histórica, somente são olhados através de uma lente de aumento. Embora aqui tais problemas sejam colocados, separadamente, para uma discussão didática, encontram-se bastante imbricados. [Giovanni Lévi, em uma leitura introdutória para a biografia, acredita haver quatro tipos de biografias: 1- Prosopografia e biografia modal, que visa, sobretudo, a ilustrar formas de comportamento; 2- Biografia e contexto, na qual se trata da construção do contexto para explicar o que parece desconcertante; de se tornar a pessoa “normal”, de se reconstituir o meio em torno do indivíduo; 3- Biografia e casos extremos: um exemplo diz tudo _ o caso de Menocchio, de Carlo Ginzburg, no já clássico *Os queijos e os vermes*; 4- Biografia e hermenêutica: este último tipo é ligado à antropologia, considera que o que se torna significativo é o próprio ato interpretativo e, para ele, o ato biográfico pode assumir infinitos significados: poder-se-ia chegar mesmo à impossibilidade de uma biografia. Na prática, porém, alguns tipos por vezes se combinam. Ver Giovanni Lévi “Usos da Biografia” In: Marieta M. Ferreira e Janaina Amado. (1996). *Usos e Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

O problema de uma “verdade” em história se alterou quando passamos _ muitos de nós historiadores _ a aceitar que todo trabalho de história é uma representação. Não se chega “ao passado”, mas se constroem representações do passado. Toda história é uma construção e os problemas de descobrir “uma” ou “a verdade” surgem até para leigos que percebem que, para um fato, cabe mais de uma versão. Para alguns, não se deve falar mais em verdade, mas em verossimilhança.

No caso da biografia, acrescenta-se ainda a incapacidade de se dominar a singularidade irreduzível de uma vida, destacada por muitos; hoje em dia não se tem mais a pretensão de esgotar o absoluto do “eu”, algo que não conseguimos fazer nem para nós mesmos, em toda nossa experiência de vida, ajudados pela introspecção ou pela psicanálise.

Ao escrever a história de uma vida, nos perguntamos se essa tem um sentido; esse sentido seria (ou será) aquele que nós, conscientemente ou não, atribuímos ao nosso personagem. Devemos ainda estar atentos para não fazer de nosso personagem uma “revelação da essência da humanidade – o homem universal ou a mulher universal”.

Evidenciou-se se para mim, nas últimas pesquisas, a fascinação que o historiador sente pelos documentos pessoais referida por alguns autores. É importante, desde o princípio, que o historiador se perceba implicado na relação com seu personagem; não

se acredita mais em uma “neutralidade do pesquisador”, bem ratificado em Foucault onde “o saber não é imparcial”, e a subjetividade – como em todas as pesquisas – inevitavelmente se faz sentir. Deve-se ter clareza sobre a relação entre o historiador e o biografado, que envolve compaixão, empatia, sedução, por vezes irritação. Penso que só tentarmos compreender um personagem é já uma forma de gostar dele.

Na verdade, a maior objetividade possível só pode ser garantida pela prática estrita e séria do ofício do historiador, com sua pesquisa documental e, sobretudo sua contraposição sistemática.

“Sem documentos não há história” e as fontes encontradas – em boa medida – estabelecem os níveis em que podemos nos aprofundar na vida de uma pessoa. Se for sempre difícil estabelecer os fatos, dada a dificuldade de suas diversas versões, o importante é, sempre, conforme já dito, contrapô-las. Ao longo do texto, podem ser feitas afirmações seguras, hipóteses prováveis, mas também relações bem subjetivas, provocadas muitas vezes por simples intuições; o que é fundamental é deixar claro o alcance de cada uma das afirmações. Em matéria de fatos, indago-me sobre o que pode ser visto como importante ou aleatório e o que pode ser visto como simbólico.

A vida de um indivíduo se imbrica com os chamados “grandes acontecimentos” e todo tipo de fatos que se passam durante seu período de vida; esses eventos só deverão ser tratados relacionando-os à vida do personagem.

Acredito na importância da cronologia, pela necessidade da ordenação dos fatos em função da compreensão, inicialmente do pesquisador e posteriormente do leitor; esquemas cronológicos e de parentescos ajudam essa imprescindível ordenação. Podemos nos indagar se poderá chegar a definir claramente etapas da vida em questão.

Quando começa e quando termina o percurso de uma vida? Temos que pensar nas duas pontas: o estudo de uma vida deve passar inevitavelmente pelas origens familiares, embora não necessariamente a narração deva começar por aí. E a história de uma vida liga-se diretamente à questão da memória: qual é (ou em geral, quais são) a(s) memória(s) existente(s) de nosso personagem?

Parece bastante claro que a oposição indivíduo/sociedade é falsa; o ser humano existe somente dentro de uma rede de relações. Entre os tipos de biografias que Giovanni Lévi cita, ele seleciona o tipo de biografia que acredita ser o melhor sucedido: seria o da biografia e contexto. Mas seu perigo, como brinca Sabine Loriga, seria fazer-se algo como um sanduíche ou lasanha: uma “fatia” de contexto, uma “fatia” de biografia, outra de contexto e assim alternadamente. Penso que a biografia não deve ser um *curriculum vitae* recheado com fatias do(s) contexto(s) nos quais viveu o personagem. É preciso se pensar tanto nas determinações da sociedade em que o/a biografado/a se criou e viveu, quanto no papel do “acaso”, tomando-se como tal os inúmeros pequenos fatos e incidentes para os quais não se conhecem explicações. Assim, o biógrafo vai se defrontar com o mistério que cerca a vida humana.

Se as fontes nos permitirem, devemos levar em conta questões como: a questão da racionalidade: os atores históricos (nós todos!) não são modelos de coerência, continuidade, de racionalidade; somos tensões entre o vivido e o imaginado e o desejado, entre a razão e a paixão. Dentre os problemas das potencialidades do próprio indivíduo, entre as normas e práticas, a questão da necessidade ou determinismo, o fluxo caótico e aleatório da vida, a questão da liberdade/determinismo, qual a

”verdadeira amplitude de escolha” que um indivíduo tem (o “livre-arbítrio” para a doutrina católica).

As relações entre a História e a Psicanálise são importantes para entendermos todos estes aspectos da vida de um personagem. A Psicanálise foi fundamental para mostrar a importância das origens e dos primeiros anos de uma vida; não se deve pretender “explicar o adulto pela criança, mas perceber como um ser humano se agiliza, se atualiza, no curso de sua vida, quais as suas potencialidades”. Foi, ainda, importante para pensar o que pode ser considerado como “normalidade”, neuroses e, por vezes, psicoses. No entanto, deve-se ficar bastante alerta contra um psicologismo simplificador.

Não mais se concebe a biografia como uma evolução linear com um encadeamento de causas e efeitos. Pierre Bourdieu fez, no início dos anos oitenta, duras e já clássicas críticas à linearidade do percurso de uma vida, no que chamou de “ilusão biográfica”. Como em qualquer trabalho de história, existe o perigo de uma visão retrospectiva e de um finalismo: sabendo como tudo acabou, o historiador corre o risco de construir para seu personagem “um percurso orientado”, muitas vezes disfarçado, atrás das idéias de “destino incontornável e vocação irresistível”, etc.

Para se evitar isso, o nó central me parece ser a questão das potencialidades e possibilidades. É preciso se tentar descobrir quais eram os problemas e as opções que precederam as decisões e os atos, que, evidentemente, se pautavam pelo que o personagem sentia e sabia na época. Sempre é fundamental levar-se em conta que esses atos decisórios se dão nos corações e nas mentes dos personagens, num cruzamento dos tempos, bastante imbricados. Avaliar como se deram as escolhas é sempre difícil, por vezes impossível. Encontramos muita dificuldade em achar fontes que nos informem sobre os processos de decisões; as fontes, em geral, informam-nos mais sobre os fatos propriamente ditos e não sobre as motivações ou questionamentos anteriores às decisões nesses concretizadas.

Ao se contar a história de uma vida, o mais sério desafio é trabalhar ao mesmo tempo com a cronologia linear, que parece ser “unidirecional”, e com o percurso da vida, que não é linear; pergunto-me sempre como trabalhar com o contínuo e o descontínuo, como pensar as diferentes temporalidades? Como conseguir “um relato impressionista (...) que se recusa a por ordem na desordem da vida”? É imprescindível deixar claro, ao terminar estas considerações teórico-metodológicas, que a biografia que é vista hoje como de ponta não é aquela com “uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”.

Ao narrar, creio que se devem trabalhar também as temporalidades vividas por nós durante a pesquisa; mostrar esses laços parece-me importantíssimo, no caso da biografia. Nos autores que assim trabalham, quero destacar, entre outros, Janet Malcolm. Nós, historiadores brasileiros, somos muito criticados por “escrever mal”; a narração supõe arte, através da qual seduzimos o leitor para o resultado de tantos anos de trabalho. É necessário muito treinamento para se chegar a fazer uma biografia como: “um espelho ao mesmo tempo científico e poético, ou seja, ao mesmo tempo natural e mágico”. Não devemos contentar-nos, como foi dito mais recentemente sobre um trabalho de biografia, em “colocar os leitores (somente) diante de uma mesa de trabalho bem em ordem”. [A narração que me agrada é, por exemplo, a da Janet Malcolm. O trabalho desta americana sobre as biografias escritas a respeito da poetisa Sylvia Plath é

um texto instigante sobre como escrever uma biografia, e ela a escreve narrando as dificuldades de sua pesquisa biográfica¹.

A personagem Gabrielle Louise, nascida Leuzinger Masset e depois Brune-Sieler por seus casamentos, destacou-se nas décadas de dez a trinta do século XX no cenário das elites cariocas e paulistas e mesmo internacionais. Ela teve origens européias, suíças por parte do avô materno (conhecidas desde o século XIII), francesas por parte da avó materna (nobres destituídos na Revolução) e por parte de pai (burgueses da província).

O avô materno, Georges Leuzinger é o antepassado mais conhecido de Gabrielle. Em 1832 ele veio da Suíça para o Rio, então corte, e acabou por se tornar bastante conhecido no mundo comercial e cultural da corte do Segundo Reinado como dono de papelaria e tipografia, mas também como editor, livreiro e fotógrafo. A Casa Leuzinger, na elegante zona do comércio carioca, à Rua do Ouvidor 33 e 36, tornou-se um local de referência obrigatória na vida cultural brasileira da segunda metade do século. Em 1840 casou-se com uma francesa, Anne Antoinette du Authier, francesa descendente de nobres na Gascogne, que perderam os bens na Revolução. O casal Leuzinger teve 6 filhos homens e 7 mulheres, sendo que só 10 sobreviveram, como era freqüente naquela época.

Entre os dez filhos sobreviventes de Georges e sua esposa francesa Eleonore, estava Eugénie, que se casou, aos 23 anos, com Gustave Léon Masset, francês emigrado, como o pai dela e também, como esse, com loja na Rua do Ouvidor; seus negócios de importação de moda francesa fracassaram, ele morreu aos 40 e poucos anos de um problema hepático e ela ficou viúva “desamparada” aos 34 anos, com 7 filhos dos 12 aos 2 anos. Eugénie seguiu então uma solução encontrada por algumas mulheres de seu grupo social quando precisavam de dinheiro (como sua mãe e uma tia materna): dedicou-se ao ensino privado e fundou, na Rua do Catete, o Colégio Masset, do qual, durante anos, tirou o sustento para seus sete filhos.

Depois de muitos sobressaltos financeiros em sua infância, Gabrielle casou-se aos 19 anos com um capitalista alemão instalado no Rio, Georg Brune. Dono da Casa Oscar Phillipi _ Rio/Manchester, onde provavelmente foi feita sua enorme fortuna. Não se sabe, ao certo, se ele era representante do *Brazilianische Bank fur Deutschland* (Banco Brasileiro Alemão, um dos bancos estrangeiros que participaram de uma moratória no governo Campos Salles) que emprestara dinheiro ao Brasil, ou se somente aí tinha parte de sua fortuna. Esse banco teve enorme papel na vida de Gabrielle: seus dois maridos estavam a ele ligados e nele trabalharam (ao que se percebe, introduzidos por Georg Brune), seus irmãos Gustave e Georges e seu “querido” sobrinho Paulo Guimarães Masset (filho de Georges); além disso, sua fortuna brasileira estava lá aplicada.

Vivendo com Brune por volta de 15 anos, Gabrielle definia-se como “esposa”, numa visão que se poderia esperar da época. Imagino que, em sua casa, escutou comentários e informações impressionantes, tanto do marido como de seus visitantes e contatos, pois afirmava recorrentemente conhecer “segredos incríveis da política mundial e brasileira”, saber de “crimes de banqueiros alemães e políticos brasileiros” que ela não poderia contar para “o universo não perder a paz”. Brune, 12 anos mais idoso do que ela, faleceu de síncope cardíaca em julho de 1912. Devido à sua origem alemã, durante a “Grande Guerra” (1914-1918) os países aliados confiscaram seus bens no exterior. Durante um quarto de século Gabrielle se esforçou por reavê-los, apelando

até para o Tribunal de Haia; somente em 1937, quando já estava interdita, doente e combalida, 3 anos antes de sua morte, esses bens (ou parte deles) voltaram a sua posse.

Dez meses depois de viúva casou-se novamente, desta vez em regime de separação de bens, com Friedrich Wilhelm Sieler, também alemão e funcionário do *Brazilianische Bank*. Ele era bem mais jovem do que ela e não tinha fortuna e Gabrielle reclamava que ele lhe trouxera “dívidas avultadas”. Ela passou a usar, durante toda sua vida, os sobrenomes dos dois maridos por ordem de casamento, unidos por um hífen; isso é algo que, me parece, foi considerado muito estranho.

O casamento foi mal desde o início. Aos 40 anos, em 1914, redigiu com um advogado seu primeiro testamento. Legou somente uma jóia _ um coração de ouro _ para o marido, que ela viu como uma imagem do “coração seu”, que ele “exigia dela”; mas, continuava, “o sobejo desta minha fortuna particular deixo para formar uma nova associação que ponha abaixo a lei que uma mulher independente tenha que suportar maus tratos de seu esposo”. Gabrielle referia-se à lei do código de 1890 que impedia um desquite antes de se completar dois anos de casamento. Para não deixar dúvidas, quanto ao marido, acrescentou: “Esse, fazendo sua fortuna a sua custa, durante dois anos, por (ela) não ter testemunhas e querer evitar escândalo”.

Logo se mudaram para São Paulo, indo morar na então suntuosa Avenida Paulista. Gabrielle emprestara ao segundo marido uma significativa quantia em dinheiro, que ele movimentava na agência em que trabalhava. Arrepentida, ela tentou recuperar a quantia, mas não o conseguiu; ameaçava-o constantemente com o divórcio. Na noite de 18 de janeiro de 1915, em casa, Willy tentou matá-la, ferindo-a com revólver no ombro esquerdo e depois cometeu suicídio. No inquérito policial foi apontada como causa de tudo uma “violenta neurastenia” do marido. Gabrielle indignou-se, depois, com o fato de a família alemã de Willy querer ser herdeira dele, pois ela considerava sua doação a ele como um empréstimo e, conseqüentemente ao banco. Abriu um processo contra o *Bank*; por causa disso, seu irmão Gustave, que lá trabalhava, rompeu relações com ela (embora não o tenham feito seu irmão menor ou sobrinho, que estavam no mesmo caso). Assim, aos poucos, nessas circunstâncias de vida, foi se definindo sua imagem de querelante, de difícil, de esquisita.

Voltou a morar no Rio, ainda muito rica, cheia de propriedades e jóias; embora freqüentando constantemente seus parentes, Gabrielle vivia em choque com eles. Aparentemente, ela levou uma vida social ativa. Foi a inspiradora de um personagem (de pequeno destaque) no romance de Afrânio Peixoto *As razões do coração* (publicado em 1924). Esse romance descreve a sociedade carioca da época, com várias referências a uma “bela Madame Klotz” ou “Mata-Boche”, “a barba-azul”, “la femme qui assassina” (em francês no texto), uma figura feminina que circulava nos altos meios, à procura de mais um marido e provocando os inevitáveis comentários.

Para reaver sua fortuna internacional, em boa parte confiscada ou reivindicada na Alemanha pelas famílias de seus ex-maridos, Gabrielle fez inúmeros apelos por cartas e empreendeu diversas viagens aos Estados Unidos, à Inglaterra, à França, à Alemanha etc. Pedia o apoio de pessoas públicas influentes e contratava conhecidos advogados para que cuidassem de seus interesses. Sempre muito extravagante e original, em seu segundo testamento redigido em 1924 pede que, depois de sua morte, tenha seu corpo lançado no Canal do Panamá (um dos argumentos utilizado pelos seus opositores para justificarem sua “loucura”), pois no Brasil fora muito maltratada; também contratou o famoso jurista carioca Rodrigo Octávio para a curiosa função _

entre outras, é claro – de comprar-lhe um terreno no Cemitério São João Batista, onde queria ser enterrada entre seus dois maridos.

Em 1924, em Paris, envolveu-se com a polícia francesa, pois ao tentar ser recebida pelo Presidente do Conselho Édouard Herriot, foi presa como suspeita de querer matá-lo. Isso por duas razões aparentes: porque carregava em sua bolsa um revólver, como fazia desde a morte do primeiro marido; e, também, porque, naquela ocasião como em outras, fez declarações bombásticas e ameaçadoras, a fim de tentar chamar a “atenção do mundo” para a espoliação que sofrera. O Chefe de Polícia de Paris pediu auxílio ao Cônsul brasileiro, que, contra protestos de Gabrielle, conseguiu repatriá-la para o Rio. Sem mais, o incidente acabou sendo rotulado de “caso sem valor” e não se tornou público na imprensa carioca.

O processo de anulação dos testamentos a mostra como se dizendo perseguida por muitos, suspeitando de familiares, advogados e desconhecidos, chegando até a afirmar ter sido vítima de atentados. Em 1932 um advogado desconhecido da família iniciou um processo, que não foi adiante, de interdição de Gabrielle; posteriormente, a própria família retomou o pedido. Apesar de ter tentado bloquear a interdição, contratando advogados para se defender da pecha de louca, Gabrielle acabou sendo interdita em 1935, com diagnóstico de “paranóia” e “histeria”. Depois disso tornou-se uma pessoa misteriosa, escapando do alcance da família e de sua tutoria carioca. Escondeu-se em diversos hotéis, sob nomes falsos, carregando malas cheias de papéis, jóias e dinheiro. O aparecimento de uma dessas malas cheia de ouro levou a grande sensacionalismo na imprensa, que acabou levantando seu paradeiro. Ela fugira para hotéis em Santos e no Guarujá e depois, pelo seu mau estado de saúde, esteve na Beneficência Portuguesa e, posteriormente, no Hospital Alemão, em São Paulo, onde foi recapturada para o Rio pela tutoria.

No final da vida, foi controlada em seus mínimos atos diários: os autos de anulação fornecem detalhes de seus tratamentos dentários, do estado de abandono que ficaram suas elegantes casas cariocas no Cosme Velho e na rua Paysandu etc. Morreu em uma casa de saúde na Gávea, aos 64 anos; foi enterrada no túmulo onde, em 1912, enterrara seu primeiro marido. Lá estão também os despojos de seu segundo marido, mas os nomes dela e dele não constam da lápide.

Falecida e sem filhos, seu testamento tirou dos familiares sua imensa fortuna. O processo de anulação de seus testamentos (datados de 1914 e 1924) mostra a luta dos herdeiros pelo espólio. O intento central do processo era provar que Gabrielle fora incapaz de testar em função de sua “loucura”. Foi publicado, em 1946, pelo Supremo Tribunal Federal, provavelmente como um caso exemplar, pois se tratava de uma família de renome, dizia respeito a muito dinheiro e envolvia advogados, psiquiatras ou pareceristas legais de grande importância na época (como Luiz Gonzaga do Nascimento Silva e Santiago Dantas, que publicou depois, entre suas obras, seu parecer sobre a anulação). Essa publicação forneceu, para a autora, um relato da vida de Gabrielle. Foi a partir dessa fonte inicial que a autora foi puxando os fios da trama que é a história de vida de Gabrielle.

No processo, ela é apresentada, desde jovem, como, no mínimo, uma pessoa “fora do comum” e de “temperamento constitucionalmente exaltado”, “bizarra”, “excêntrica”, “estranha”... Após a interdição, é apresentada claramente como portadora de paranóia, doença mental apontada como a “ponte por onde a razão vai à loucura”.

Suas variadas atitudes e falas, das mais simples às mais estranhas, são mostradas como no mínimo desusadas, mas até "delirantes", "querelantes" ou "paranóicas".

O testamento anulado de 1924 fazia legados a alguns familiares e empregados, determinava que a maioria das jóias, objetos e roupas deveriam ser vendidas e o dinheiro distribuído para os pobres das paróquias dos bairros em que Gabrielle morara. O grosso de sua fortuna – os bens nos diversos países em que os possuía enquanto "herdeira universal de Georg Brune", ou seja, no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Suíça, na Itália etc _ seriam distribuídos benemeritamente. O dinheiro era destinado aos Hospícios de Alienados, Casas de Correição, asilos,... "visto que aí estão muitos infelizes inocentes seqüestrados nos lugares dos culpados, que soltos gozam de seus crimes e continuam-nos indefinidamente, por falta de justiça humana". Redigido dois anos após a morte de sua mãe, dizia: "à minha família Leuzinger Masset nada lego, fizeram-me sofrer muito moralmente, com seu indiferentismo, egoísmo e covardia nas minhas duas viuvezes".

Pelo processo vemos que, em 1943, o mesmo perito psiquiatra Antonio Xavier de Oliveira que a examinara em 1932, elogiou esse segundo testamento como "não-exclusivista", pois "ultrapassa fronteiras de sua família e nação" e de alcance "social e cristão"; ele declarou que, a seu ver, em 1924, Gabrielle ainda estava em condições de testar. Em 1944, o juiz E. Ribas Carneiro elogiou seu "nítido traço de beleza moral e marcante valor social", sendo contra uma anulação "que privaria centenas e centenas de infelizes dos benefícios de uma outra infeliz (...)"

A questão da biografia passa fundamentalmente pela da memória. Como diz Jorge Luis Borges, "um homem não está verdadeiramente morto a não ser quando o último homem que ele conheceu por sua vez estiver morto". A memória familiar lembra Gabrielle apenas como uma louca; um seu outro sobrinho neto disse para a autora, recentemente, quando esta lhe mostrou um jovial retrato de Gabrielle mocinha: "Ah, nesse tempo ela não era louca!".

O que pensar de Gabrielle? As memórias dos que conheceram Gabrielle só deixaram dela a imagem de uma louca _ bonita, rica, esquisita, mas, sobretudo, louca _ característica que teria selado o destino sua memória e de seus bens. No começo a sombra dessa imagem, lançada sobre a autora pela família, pesou muito. Foi muito difícil para ela sentir-se próxima de Gabrielle, ao contrário do que aconteceu em relação a sua mãe Eugénie; esta lhe foi apresentada por sua neta, sogra da autora, como uma heroína, sustentáculo da família; seu diário, o álbum encontrado com seus desenhos e colagens, desvendou uma personalidade atraente porque altruísta e romântica. Não se consegue ouvir Gabrielle falando de forma normal sobre seus desejos e esperanças, nem também sobre seus medos, inseguranças e tristezas, como se consegue ouvir sua mãe num belíssimo diário, de seus primeiros anos de viuvez, que chegou à autora. A voz de Gabrielle, quando é possível ser ouvida, está toda dirigida para mostrar sua loucura; chega também algo arrevesada, ao que parece devido a traduções muito mal feitas. Assim, Gabrielle era a louca, a assustada, desprotegida e, o que nela irritava muito, que a luta de sua vida parecia ser atrás de dinheiro, o tempo todo.

O trabalho com Gabrielle torna-se interessante como um enorme desafio, ao examinar e explicitar o subjetivo e objetivo numa pesquisa histórica; apresentar essa mulher como um ótimo e concreto exemplo da circulação e entrecruzamento dos chamados Velho e Novo Mundos, de pessoas e famílias, da cultura (atividades e costumes, idéias e temas), mas também do capital financeiro; tentar mostrar a dita

“loucura” de Gabrielle como ligada claramente à chamada questão de gênero. Pergunto-me se Gabrielle não seria também o que se chamaria de mulher diferenciada para a época – a “nova mulher” – aquela mulher que, por suas atitudes de vida, embora distante de uma militância feminista concreta, acabou por abalar as estruturas rígidas do chamado tripé: mãe-esposa-dona de casa, que sustentava o papel da mulher “rainha do lar”. Para encerrar, é ainda importante lembrar que a quebra de paradigmas exige sempre exposição e sofrimento.

Nota

¹ Ver Janet Malcolm. (1994). *A mulher calada: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia*, São Paulo, Cia das Letras.